



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007283-36.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Fornecimento de Energia Elétrica**
 Exequente: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**
 Executado: **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara**

Juiz de Direito: Dr. **Paulo Luis Aparecido Treviso**

Vistos.

1. Cuida-se de incidente de cumprimento de sentença, pelo qual a exequente alega o descumprimento do acordo judicialmente homologado nos autos principais pela executada, e requer seja a última intimada a pagar a dívida correspondente ao valor de R\$ 3.372.719,93 (três milhões, trezentos e setenta e dois mil, setecentos e dezenove reais e noventa e três centavos), no prazo legal, e no caso de inércia, sejam aplicadas as penalidades previstas em lei.

Para os autos veio a impugnação de fls. 82/88, pela qual a devedora aduz que vem adimplindo pontualmente as parcelas da composição, além de alegar que no cálculo que instrui o pedido foram computadas parcelas não previstas no acordo, daí que o valor indicado padece de excesso, afora requerer a condenação da exequente no pagamento da dívida exigida de forma dobrada.

Houve, então, as manifestações da exequente (fls. 119/127 e 128/132).

Eis o breve relato. Passo a decidir.

2. De rigor o acolhimento da impugnação oferecida pela devedora.

Um, porque se mostra descabido exigir da executada a indicação do valor que entende devido para conhecimento de sua objeção, eis que o fundamento da irrisignação repousa justamente na inexistência de dívida diante da quitação das parcelas do acordo de forma pontual.

Dois, porque é fato incontroverso, eis que reconhecido pela própria credora, que os valores relativos às parcelas da composição firmada pelas partes realmente vêm sendo corretamente adimplidas pela devedora.

0007283-36.2018.8.26.0037 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

3ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Três, e finalmente, porque a transação homologada prevê que estão englobadas na avença as faturas objetos da lide (item a - fls. 185 dos autos principais) e aquelas referentes aos anos de 2014 (fevereiro e março), 2015 (agosto, setembro e dezembro), 2016 (janeiro a dezembro) e 2017 (janeiro a maio), nos termos do item c (fls. 186/187 dos autos principais), donde o descabimento da exigência de faturas relacionadas a períodos diversos daqueles expressamente previstos neste incidente, no qual deve ser observado os estritos termos da composição livremente pactuada entre as partes.

3. Conquanto o acolhimento da impugnação seja de rigor, pelas razões retro expostas, reputo incabível a aplicação do artigo 940 do CC ao caso concreto, como pretende a devedora, diante da ausência de prova inconcussa do dolo da credora na cobrança da dívida em tela.

Pertinente à hipótese vertente a lição de Carlos Maxiliano, segundo a qual *O dolo não se presume: na dúvida, prefere-se a exegese que o exclui. Todas as presunções militam a favor de uma conduta honesta e justa; só em face de indícios decisivos, bem fundadas conjeturas, se admite haver alguém agido com propósitos cavilosos, intuítos contrários ao Direito, ou à Moral.* (“Hermenêutica e Aplicação do Direito”, Forense, 9ª edição, pág.262/3).

4. Destarte, **acolho** a impugnação oferecida pela executada, e o faço para julgar extinto este cumprimento de sentença. Condeno a exequente no pagamento das custas deste incidente, além de honorários advocatícios ao patrono adverso, ora arbitrados em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nos termos do artigo 85, § 2º, I, II, III e IV, e § 8º do CPC, quer diante do princípio da causalidade, quer por entender que tal valor remunera condignamente o patrono pelo serviço advocatício que prestou, mormente diante da baixa complexidade da matéria ventilada na objeção.

P.I.

Araraquara, 03 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**